



Ata n.º 4

Ao décimo oitavo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, realizou-se, pelas catorze horas e trinta minutos no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a quarta reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

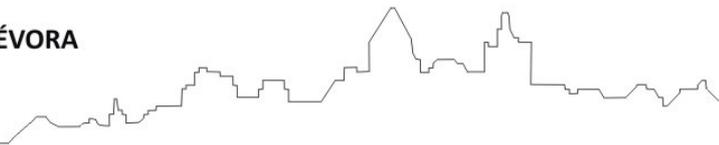
- Ponto um: Aprovação da ata da reunião anterior;-----
- Ponto dois: Balanço do 1.º Período Letivo;-----
- Ponto três: Reflexão sobre a futura dinamização do Conselho Municipal de Educação;-----
- Ponto quatro: Reajustamento ao Plano de Transporte Escolar 2019/2020;-----
- Ponto cinco: Intervenção em Saúde Escolar (ACES);-----
- Ponto seis: Cidade Educadora | Projeto Educativo Local: ponto de situação;-----
- Ponto sete: Outros Assuntos.-----

A Dr.ª Sara Fernandes, na qualidade de presidente do Conselho Municipal de Educação, saudando e agradecendo a todos os conselheiros a sua presença, deu início à reunião. Começando por uma análise à Ordem de Trabalhos, a proposta apresentada pela Dr.ª Sara Fernandes de que o ponto três fosse abordado a seguir ao ponto seis, não só por ser um ponto de reflexão que deveria ser abordado após a discussão e aprovação de alguns assuntos como também pelo facto do conselheiro Professor Doutor Ricardo Mira, representante das instituições de ensino superior público, se encontrar de momento ausente por estar a lecionar uma aula e ter uma proposta para apresentar, foi aceite pelo plenário.-----

No âmbito do Ponto Um da Ordem de Trabalhos, a ata da reunião anterior, que havia sido previamente enviada por correio eletrónico, foi colocada a aprovação, tendo sido aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes nesta e na reunião a que respeitava a ata.-----

Passando ao Ponto Dois, Balanço do Primeiro Período Letivo, a Presidente do Órgão convidou os conselheiros Diretores ou representantes dos Agrupamentos de Escolas para que também dessem nota de como havia sido o arranque do ano letivo.-----

Antes de apresentar a atividade da Câmara Municipal ao longo do primeiro período, a Dr.ª Sara Fernandes confirmou a revogação do Contrato de Execução a nível do pessoal não docente, estando por efetivar a repartição da gestão e manutenção do Parque Escolar no que respeita a escolas básicas de segundo e terceiro ciclos, designadamente a Escola Básica de Santa Clara e Escola Básica Conde Vilalva, as quais ainda não foram reassumidas pelo Ministério da Educação por falta de reposta por parte deste Ministério a um pedido de reunião para acertar os pormenores para concretização desta questão. Na sequência da revogação do contrato de execução, o pessoal não docente afeto às cantinas e refeitórios dos Jardins-de-Infância, estabelecimentos do primeiro ciclo do ensino básico e ao apoio da componente letiva dos Jardins-de-Infância mantêm-se nas competências da Câmara Municipal, passando todo o pessoal não docente afeto



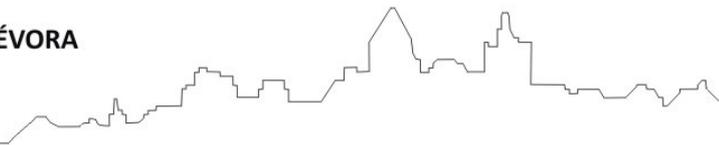
aos segundo e terceiro ciclos do ensino básico para a competência do Ministério da Educação, tal como já sucedia com o pessoal do ensino secundário. Passando à obra realizada no Parque Escolar do Pré-Escolar e Primeiro Ciclo do Ensino Básico, foram apresentados os diferentes tipos de intervenção executados: -----

----Acessibilidades: as intervenções foram priorizadas de acordo com as necessidades que foram sendo identificadas com base na previsão de frequência nesses estabelecimentos de crianças com mobilidade reduzida, tendo sido intervencionadas as Escolas Básicas do Bairro da Câmara (colocação de rampas) e da Horta das Figueiras (substituição de rampa);-----

----Manutenção por Administração Direta: remoção da cobertura de sombreamento (telheiro), reparação de portas, arranjo de rede de esgotos, melhoramento dos balneários (pintura, pavimentos) na Escola Básica Manuel Ferreira Patrício; requalificação (pintura interior e exterior, apetrechamento), arranjo do muro de vedação e pintura de campo desportivo e balizas da Escola Básica de Almeirim; requalificação do refeitório da EB/JI da Vendinha; arranjo de calçadas das Escolas Básicas do Rossio, São Mamede e Cruz da Picada; reparação de paredes e tetos interiores e da impermeabilização do terraço do Jardim-de-Infância da Cruz da Picada; colocação de vedações nas salamandras na Escola Básica de São Manços; afagamentos das salas de aula das Escolas Básicas da Comenda e Galopim de Carvalho; requalificação do pavimento do hall de entrada do edifício norte da Escola Básica do Rossio; arranjo de cabides da Escola Básica dos Canaviais e do Jardim-de-Infância Manuel Ferreira Patrício; reparação de vedações nas Escolas Básicas Cruz da Picada, Vista Alegre, Bairro da Câmara e Santa Clara; reparação de infraestruturas de águas e esgotos e montagem de acessórios e equipamentos em diversos estabelecimentos; reparações de instalações elétricas e de apoio a equipamento informático em diversos estabelecimentos;-----

----Aquisições / Prestações de Serviços: apetrechamento, com aquisição de mobiliário, vitrines, quadros, armários, das Escolas Básicas do Rossio, Almeirim, São Sebastião da Giesteira, Chafariz D'El Rei, Graça do Divor e Horta das Figueiras; apetrechamento, com aquisição de novas máquinas de lavar loiça, dos refeitórios das Escolas Básicas Manuel Ferreira Patrício, Vendinha e Galopim de Carvalho; montagem de automatismos em portões para reforçar a segurança no processo de entrada e saída dos alunos nas Escolas Básicas Senhora da Glória, Vista Alegre e Cruz da Picada; arranjo de barras antipânico e ferragens da Escola Básica Galopim de Carvalho; requalificação do piso do pavilhão da Escola Básica Manuel Ferreira Patrício; montagem de vedação no campo desportivo da Escola Básica Horta das Figueiras; requalificação do espaço exterior com colocação de lajetas na Escola Básica de Almeirim; aquisição de novas caldeiras de aquecimento para as Escolas Básicas Heróis do Ultramar e Rossio; manutenção dos campos de relva sintética das Escolas Básicas Chafariz D'El Rei e Vista Alegre; serviços de remoção de divisórias e serviço de montagem e novas divisórias em fenólicos nas instalações sanitárias das Escolas Básicas da Cruz da Picada, Vista Alegre e EB Horta das Figueiras; intervenção nos sistemas de Segurança contra Incêndios em diversos estabelecimentos escolares; certificação de equipamentos desportivos e certificação das instalações de rede de gás em todos os estabelecimentos de educação e ensino da responsabilidade da Câmara Municipal; e aquisição e





distribuição em salas de Primeiro Ciclo do Ensino Básico de vinte e dois novos computadores, estando prevista a entrega de mais trinta computadores.-----

---Empreitadas (não candidatas): serviços de remoção de divisórias e serviço de montagem e novas divisórias em fenólicos nas instalações sanitárias;-----

---Candidaturas Escolas: requalificação e modernização da Escola Básica Manuel Ferreira Patrício [em curso (início em 09/2019)]; ampliação da Escola Básica de Almeirim (início em 02/07/2018; conclusão e entrega à comunidade em setembro/2019); requalificação e manutenção da cantina da Escola Básica Cruz da Picada (início a 22/06/2019; receção provisória a 19/09/2019; entrega à comunidade escolar em setembro/2019); na Escola Básica de São Mamede, requalificação e modernização (candidatura suspensa); escavações arqueológicas do Pátio do Claustro concluídas; projeto de alterações executado; aberto novo concurso, que ficou deserto, estando prevista a abertura de novo procedimento;-----

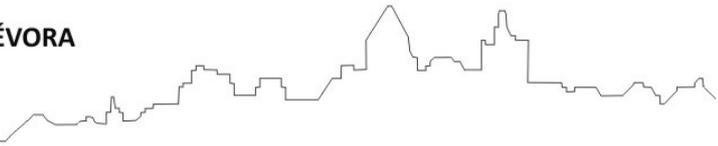
---Espaços de Jogos e Recreio: substituição do piso dos espaços de jogos e recreio da Escola Básica/Jardim-de-Infância dos Canaviais;-----

---PROJETO LIFE “My Building is Green”: em implementação na Escola Básica da Horta das Figueiras, sob a coordenação da CIMAC. Definição de protótipos para cobertura e fachadas, colocação de seis equipamentos de monitorização na escola, implementação da atividade “Pátio Verde” [toda a comunidade escolar, pessoal docente, não docente, alunos (noventa e sete) e pais], colocação de protótipo na cobertura. Terminada a apresentação das intervenções levadas a cabo pela Autarquia e fazendo o balanço do início do ano letivo, o Doutor Carlos Percheiro, Diretor do Agrupamento de Escolas Severim de Faria, referiu que a possibilidade de substituir assistentes operacionais e técnicos por ausência de longa duração permitiu iniciar o ano letivo sem grandes constrangimentos neste aspeto, que vinha a ser um dos principais problemas das escolas. Relativamente aos aspetos de intervenção pedagógica, expressou o seu lamento pela existência, de uma forma transversal, de dois problemas: a desmotivação da classe docente e a pouca procura de estudantes para cursos que se possam direccionar para o ensino. -----

O Dr. Alexandre Pires, diretor do Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, informou que o arranque do novo ano letivo foi muito complicado, destacando a questão do pessoal não docente que atingiu uma dimensão tal que obrigou ao encerramento do Centro de Aprendizagem, não havendo previsão para a sua reabertura. A situação tornava-se de mais difícil resolução porque a Escola Básica Manuel Ferreira Patrício tinha ficado impossibilitada de recorrer à bolsa de recrutamento do Ministério da Educação para substituição de funcionários, tendo sido atingido o número de dezanove ausências entre assistentes operacionais e técnicos, o que conduziu a que alguns serviços ficassem comprometidos e que outros estivessem a funcionar aquém do previsto. -----

Quanto à obra de intervenção na Escola Básica Manuel Ferreira Patrício, que se iniciou sem grandes problemas, teve alguns agravamentos relacionados com infiltrações, que obrigaram à suspensão das aulas numa parte da escola, e com o ruído inerente à intervenção na cobertura que perturbava o normal funcionamento das aulas.-----





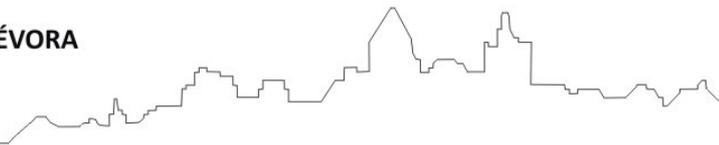
O Dr. Alexandre Pires informou ainda que, a partir do dia catorze de março deixaria a direção do Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício por não se sentir capaz de trabalhar sem recursos, apelando para que se começasse a olhar seriamente para os problemas muito finos que a Escola tinha e que o Conselho Municipal de Educação começasse a tomar decisões acutilantes sobre o que se passa nas escolas, porque, a juntar ao que o próprio e o Dr. Carlos Percheiro já haviam referido, brevemente não só não haveria professores como os que fossem aparecendo não ficavam por falta de alojamento em Évora a preços compatíveis com as remunerações que recebiam, onde se encaixava a maioria dos professores provenientes de fora de Évora para responder a ofertas de trabalho a meio tempo. Concluiu referindo que, além de tudo o que se passava dentro das escolas e que exigiria alguma capacidade de análise mais fina, como se a porta está aberta, se há funcionários ou se há professores, havia outras situações nas Escolas que funcionavam muito mal para as quais este Órgão deveria olhar e tomar uma posição muito clara junto do Ministério da Educação.-----

Relativamente ao início do ano letivo no Agrupamento de Escolas André de Gouveia, o Dr. Celso Nunes, Subdiretor do Agrupamento em representação da Senhora Diretora, sobre a questão do pessoal não docente referiu que, embora tenham tido a possibilidade de recorrer à bolsa de substituição, esta situação não resolveu o problema porque as pessoas contactadas, por não terem garantias da duração do contrato, não aceitaram trabalhar nestas condições. A nível dos assistentes técnicos também o seu trabalho está cada vez mais dificultado e aumentado de volume, nomeadamente com as questões técnicas relacionadas com a contratação e a contabilidade públicas. Quanto ao corpo docente, o Dr. Celso Nunes destacou o envelhecimento da classe docente, que apresenta contornos preocupantes, não só pela fraca apetência dos jovens a frequentar cursos de via Ensino, mas também pela fraca oferta de Cursos via Ensino nas Universidade, dando o exemplo da Universidade de Évora, onde, quanto é do seu conhecimento, só existe a oferta para o primeiro Ciclo do Ensino Básico e, talvez, para alguma área do segundo ciclo do Ensino Básico. Do seu ponto de vista esta situação devia-se à desvalorização e subalternização social cada vez mais crescente da função docente, assim como à desvalorização financeira da carreira e às exigências cada vez mais burocráticas e administrativas emanadas pelo Ministério da Educação.-----

O Dr. Celso Nunes, relativamente à Escola Secundária André de Gouveia, referiu que a questão mais complicada era a relacionada com as instalações, mantendo-se a existência de um pavilhão de oitocentos metros quadrados com cobertura de amianto e problemas com o soalho das salas de aula, que tem começado a levantar e a partir. Está a ser ponderado o encerramento dos balneários do ginásio, podendo ser posta em causa a lecionação de Educação Física a todos os alunos da Escola, bem como funcionamento dos Cursos de Desporto existentes, que abrangem cerca de cento e trinta alunos.-----

De seguida, o Doutor Carlos Percheiro complementou a sua anterior intervenção deixando a boa nota de que, pelo facto da Autarquia ter cumprido os seus compromissos em relação à Educação Pré-escolar e ao Primeiro Ciclo do ensino Básico, os problemas relacionados com o pessoal não docente tinham sido minimizados.----





Ouvidos os representantes dos quatro Agrupamentos de Escolas, das notas feitas pelos Senhores Diretores ou representantes destes, a Dr.^a Sara Fernandes destacou a questão do pessoal docente que deveria ser trazida ao Conselho Municipal de Educação para uma reflexão sobre o que se estava a passar e aquelas que seriam as possíveis consequências daqui a alguns anos quando a maioria dos docentes se reformasse e, atendendo ao reduzido número de alunos a formarem-se na área da educação, não houvesse quem os substituísse. -----

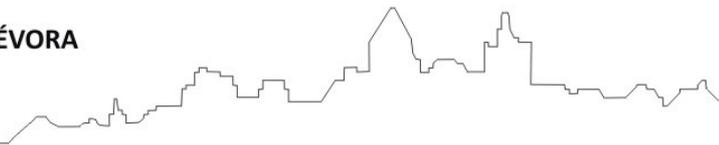
Considerando que o Conselho Municipal de Educação deveria tomar posição sobre determinados assuntos a apresentar sobre forma de recomendação às entidades competentes, a Dr.^a Sara Fernandes apresentou duas propostas de Recomendações sobre dois problemas concretos e que, pela sua especificidade, necessitariam de um olhar especial: as obras de intervenção na Escola Secundária André de Gouveia e o pessoal não docente da Escola Básica Manuel Ferreira Patrício. No que respeita à última questão, a Dr.^a Sara Fernandes destacou o encerramento das unidades que prestam apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais, nomeadamente aos autistas, o que levou a que estas crianças tivessem de ficar em casa desde o dia seis de janeiro por não haver auxiliares para as acompanharem, situação que punha em causa o conceito de Educação Inclusiva. -----

O Dr. Rui Rosado, conselheiro representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvem atividades na área da educação, sobre a recomendação relativa ao pessoal não docente, referiu que o seu conteúdo seria um espelho de uma realidade conhecida há mais de trinta anos, sendo, do seu ponto de vista, o modelo de Escola Pública, quanto à sua gestão e organização atual, que estaria em causa e que deveria ser aprofundado na sociedade portuguesa. No modelo atual, a Escola Portuguesa não servia a sua população: menos docentes e mais cansados, os alunos e pais descontentes com a escola, sentimento que teria também atingido os assistentes operacionais. Sobre o mau funcionamento das escolas devido ao absentismo do pessoal não docente, o Dr. Rui Rosado sugeriu a privatização deste serviço. -----

O Dr. Carlos Percheiro, referindo-se ao absentismo do pessoal docente, defendeu que não corresponderiam à verdade as notícias veiculadas pelos meios de comunicação social de que os professores faltavam muito, pois as situações existentes não poderiam ser todas classificadas da mesma forma, deixando a nota de que o problema seria efetivamente grave quando nas escolas passasse a haver agentes e não professores. Referindo-se ainda ao conceito de *Escola Inclusiva*, o Dr. Carlos Percheiro realçou que a Escola Pública, excluindo o Sistema Nacional de Saúde, seria o sistema mais inclusivo do país. -----

Sem menosprezar a necessidade de intervenção na Escola Secundária André de Gouveia, o Dr. Carlos Percheiro, manifestou a sua preocupação com as condições de segurança da Escola Básica de Santa Clara, condições que se agravavam com a falta de pessoal não docente, assim como com a falta de condições das salas de aula e de uma rede informática que respondesse às exigências atuais. Esta realidade colocava o estabelecimento de ensino numa de duas situações: ou era feita uma escola nova, deixando de haver uma escola deste nível de ensino no Centro Histórico, ou teria de ser requalificada, requalificação que não poderia apenas consistir em intervenções superficiais. Tendo sido solicitada uma audiência com a Senhora Secretária





de Estado, à qual ainda não houve resposta, deveria insistir-se para que essa audiência se concretizasse que estes assuntos fossem devidamente analisados.-----

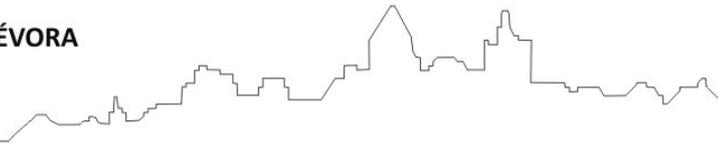
Sobre a situação da Escola Básica de Santa Clara, a Dr.^a Sara Fernandes informou ter sido também ponderada a elaboração de uma Recomendação por causa desta escola, assunto que fazia também parte do ofício já enviado à Senhora Secretária de Estado. -----

Sobre o absentismo, a nível do pessoal docente, o Dr. Alexandre Pires referiu que o absentismo que se pudesse verificar atualmente seria diferente do que se verificava há vinte anos; a nível do pessoal não docente, com a falta generalizada de funcionários, quando um funcionário com idade média acima dos cinquenta e cinco anos de idade se vê numa situação de assumir as funções de três funcionários, rapidamente entrava em situação de doença. No que respeita à privatização de serviços, lembrou que o Ministério de Educação já havia tentado implementar esse modelo, mas que não havia corrido bem pelo facto de a comunicação ter de ser feita com a empresa e não diretamente com os funcionários o que não se mostrou compatível com o tipo de trabalho das escolas que é muito variável. Por último, referiu que a solução para a questão do pessoal não docente passaria pela sua valorização, evitando os contratos a tempo parcial, investindo na sua formação e na recompensa remuneratória. -----

Quanto à questão da “Escola Pública”, a Dr.^a Sara Fernandes defendeu que, pela evolução que incrementou na sociedade, haveria a obrigação de tudo se fazer para que esta Escola se mantivesse pública, de qualidade e para todos, continuando-se a pensar na nossa sociedade como uma sociedade para evoluir e para evoluirmos todos e não apenas alguns setores. Do seu ponto de vista, sentiu que na intervenção do Dr. Rui Rosado havia sido feita uma caracterização injusta da Escola Pública atual. Em relação ao absentismo dos docentes, não haveria outra instituição que fosse tão observada, avaliada, criticada como a Escola Pública por ser aquela que cobria toda a sociedade e a que todas as pessoas tinham acesso e ao que lá se passava, tornando-se numa instituição muito transparente e inclusiva, onde todos os seus intervenientes, com sacrifício das suas vidas pessoais e sofrendo ataques a nível dos salários e da classe dos professores e do desinvestimento no Parque Escolar, se empenhavam ao máximo para manter os estabelecimentos de ensino a funcionar com qualidade. Quanto à questão da lógica pública versus a lógica privada, pelo que já tinha observado a nível da privatização de pequenos setores como a limpeza, os refeitórios ou a segurança, a Dr.^a Sara Fernandes referiu que a experiência tinha demonstrado que a eficiência da lógica privada tinha sido sempre pior: maior gasto e pior serviço, sobretudo quando estava em causa o trabalho com crianças. -----

Respondendo às opiniões que surgiram, o Dr. Rui Rosado realçou que a sua intervenção não tinha sido uma proposta, mas o levantar do problema, pois embora considerasse a recomendação oportuna, ao longo dos anos e à medida que foi passando pelas escolas e fazendo parte de órgãos relacionados com a educação, foi encontrando muitos problemas que não tinham sido resolvidos nem aprofundados. Na sua opinião, os pilares da Educação, da Saúde, da Segurança Social e da Justiça públicas seriam fundamentais para que o Estado fizesse sentido como Estado Social; contudo, o presente estado da Escola permitiria questionar se o atual modelo de escola, de gestão de docentes, de quadros e até da manutenção, decorrente de decisões





fora do contexto, teria viabilidade ou se deveria ser feito de outra maneira. O Dr. Rui Rosado expressou que, do seu ponto de vista, faria sentido um modelo baseado em decisões de proximidade, através da intermunicipalização das escolas, de serviços e de gestão de proximidade. Reforçando que o propósito da sua intervenção não tinha sido o de colocar em causa a Escola Pública nem abordar o absentismo dos docentes como problema da Escola, mas sim salientar que, em situações como a da Escola Básica Manuel Ferreira Patrício, onde dezanove assistentes operacionais se encontravam de baixa e sem possibilidade de serem substituídos, onde existiam tantas crianças com dificuldades acrescidas que se viam privadas dos devidos apoios, seria necessário pensar como encontrar soluções, sem se estar sistematicamente a tocar nas mesmas questões. O Dr. Rui Rosado terminou referindo que, além de ser enviada uma recomendação, o assunto deveria ser debatido na sociedade portuguesa. -----

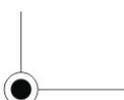
O Dr. Alexandre Pires questionou ainda se o Conselho Municipal de Educação não teria autoridade para questionar a Senhora Secretária de Estado sobre o motivo pelo qual ainda não havia recebido a Autarquia, reunião da qual dependia a tomada de posições. Sobre esta questão, a Dr.ª Sara Fernandes comprometeu-se a que, no ofício que acompanharia o envio das Recomendações, fosse incluída a informação de que o mesmo Conselho Municipal de Educação pretendia ser esclarecido das razões da demora na marcação da reunião pedida há dois meses. -----

Tendo por base o novo diploma de descentralização da educação, onde, de forma não primorosa, era referido que cada escola iria ter vinte mil euros, o Dr. Carlos Percheiro deixou ainda a nota de que a descentralização não iria resolver a questão, sendo necessário tratar este assunto com a ênfase, a importância e a urgência que tem. -----

Concluídas as intervenções dos conselheiros, a Recomendação referente à falta de Pessoal não Docente da Escola Básica Integrada Manuel Ferreira Patrício foi votada, tendo sido aprovada com a abstenção da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região do Alentejo e os restantes votos a favor, à exceção da Associação de Estudantes da Escola Secundária Severim de Faria, representante das associações de estudantes, que já se havia ausentado. -----

Passou-se à leitura e análise da Recomendação referente ao projeto de execução das obras de requalificação na Escola Secundária André de Gouveia, tendo a Dr.ª Sara Fernandes esclarecido que o impasse relativamente à concretização da obra se prendia à inexistência de projeto, tendo já o Ministério da Educação assumido a responsabilidade pela sua execução e solicitado à Autarquia que assumisse a obra, ao que a Câmara respondeu estar disponível para negociar e até para vir a ser dona da obra, mas não avançaria com nenhuma decisão sem conhecer quais as obras que efetivamente seriam necessárias e o valor do respetivo investimento. -----

Sobre o atual estado da Escola Secundária André de Gouveia, o Dr. Celso Nunes expressou o seu reconhecimento pelo esforço de todas as Direções que por lá haviam passado para, apesar das más condições, manterem a escola de forma exemplar e lamentou a inação e o constante adiamento de resolução deste problema. Agradecendo a recomendação e antecipando o sentido de voto favorável à mesma, o Dr.





Celso Nunes reforçou que as expectativas do Agrupamento de Escolas André de Gouveia seriam muito poucas. -----

Reportando-se ainda aos serviços de proximidade, o Dr. Celso Nunes lembrou que, até há alguns anos tinha existido a Direção Regional de Educação do Alentejo que, pelas suas competências, estava próxima das escolas; atualmente existia uma Direção de Serviços com competências diferentes. -----

O Dr. Gazimba Simão, em representação da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região do Alentejo, deixou uma palavra de respeito para com aqueles a quem os problemas em análise diziam respeito e esclareceu que não estava mandatado pela Instituição para responder sobre estas questões e que nem teria estado em reuniões anteriores. Contudo, enquanto dirigente do Ministério da Educação desde há alguns anos e como responsável à data pelas Candidaturas no Quadro do Portugal 2020, não tinha conhecimento de que alguma das candidaturas para intervenções nas escolas básicas não tivesse sido desencadeada pelos respetivos municípios, assim como os respetivos projetos. Se, porventura, a Senhora Secretária de Estado, por algum motivo, tivesse determinado alguma exceção, seria um processo anormal, uma vez que, por o regulamento não o contemplar, o Ministério da Educação não poderia ser ressarcido das verbas do investimento no âmbito do Portugal 2020. Considerando ainda que o Portugal 2020 já estaria em curso e que todos estes processos seriam muito morosos, levando meses e até anos a ficarem concluídos, seria muito difícil, em tempo útil, enquadrar a candidatura e intervencionar a Escola Secundária André de Gouveia no âmbito deste Programa; não sendo enquadrado no Portugal 2020, eventualmente, só ao final de quatro ou cinco anos voltaria a haver oportunidade de intervir no âmbito de programas similares. Terminadas as intervenções, a Recomendação sobre o projeto de execução da obra de requalificação da Escola Secundária André de Gouveia foi votada, tendo sido aprovada por maioria, com a abstenção da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região do Alentejo. -----

Passando ao Ponto Quatro referente ao Reajustamento do Plano de Transportes Escolares 2019/2020, a Dr.ª Sara Fernandes explicou que a principal alteração em sede de reajustamento havia sido a introdução do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART), que promovia a redução tarifária em sessenta por cento das assinaturas das linhas para qualquer munícipe. Após celebração de Protocolo de Colaboração com a CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central) para implementação do PART a nível do transporte escolar, passou a ser aplicado um desconto de sessenta por cento sobre a parte não comparticipada pelos municípios, designadamente sobre o valor da comparticipação do transporte escolar por parte dos alunos do ensino secundário, o que corresponderia, na prática, a trinta por cento do valor da assinatura mensal, passando assim, quando não fossem beneficiários de Escalão A de Ação Social Escolar, os alunos a pagar vinte por cento do valor da assinatura mensal e continuando a Autarquia a assumir os cinquenta por cento do valor da assinatura mensal. De seguida a Dr.ª Sara Fernandes fez uma sucinta apresentação dos valores revistos em sede de Reajustamento, designadamente do número de alunos transportados (de 524 para 429), do custo global da rede (de 393.495,85€ para 338.162,36€) e do valor da comparticipação dos alunos (de 23.173,50€ para 18.154,72€).-----



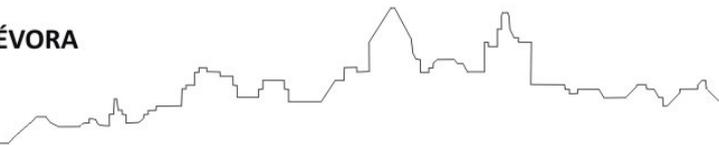
Sobre a resposta dos transportes públicos face aos horários escolares, o Professor Celso Nunes referiu a situação da Escola Secundária André de Gouveia que seria a única a iniciar as aulas pelas oito horas e vinte e cinco minutos devido aos horários da linha urbana proveniente dos Canaviais, solicitando um possível reajustamento a esse horário a fim de facilitar a gestão da escola ao longo do dia. Outra questão levantada foi a dos alunos que frequentavam os cursos profissionais: a carga letiva diária de, no mínimo, oito horas, determinava que a maioria das aulas terminasse por volta das dezoito horas; muitos desses alunos, sendo provenientes de diferentes concelhos, não só tinham de sair muito cedo das suas terras, como regressavam muito tarde porque, em muitos casos, só havia transporte a partir das dezanove horas e trinta minutos, e, quando havia atividades ao fim de semana, nalguns concelhos não havia nenhum transporte público, fatores que condicionavam o sucesso escolar destes alunos. Considerando estes aspetos, propôs que os horários dos transportes públicos interurbanos fossem mais adequados aos horários letivos dos alunos. ----- Após a intervenção do Dr. Celso Nunes, o Reajustamento foi colocado para aprovação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Devendo o Conselho Municipal de Educação ser um espaço de diálogo não apenas entre os representantes dos Agrupamentos de Escolas e a Autarquia, para tratar apenas de questões administrativas, mas também uma oportunidade de dar a conhecer projetos desenvolvidos e direcionados para a comunidade educativa, passou-se ao Ponto Cinco, que, nesta sessão, contou com a participação do Agrupamento de Centros de Saúde da Administração Regional de Saúde do Alentejo, para apresentar os projetos desenvolvidos no âmbito da Intervenção em Saúde Escolar. -----

Sobre a Intervenção em Saúde Escolar, a conselheira Enf.^a Rosa Silvério, representante dos serviços de saúde públicos e, em particular, da Unidade de Cuidados na Comunidade do Centro de Saúde de Évora, a título de curiosidade, começou por referir que a Saúde Escolar tinha tido o seu início em Portugal em 1901 para apoiar a Escola Pública naquelas que seriam, à data, as necessidades básicas como o sedentarismo e a vacinação e que, analisando o facto de, em mil novecentos e trinta, os primeiros médicos a serem preparados para desenvolver este Programa terem sido submetidos a cinco provas, cujos temas base eram a Higiene, a Psicologia e a Psiquiatria, já se notava, nessa altura, alguma preocupação relativa a estas áreas. -----

Sobre o Programa de Saúde Escolar, a Enf.^a Rosa Silvério passou a apresentar os objetivos do Programa (promover estilos de vida saudável e elevar o nível de literacia para a saúde da comunidade educativa; contribuir para a melhoria da qualidade do ambiente escolar e para a minimização dos riscos para a saúde; promover a saúde, prevenir a doença da comunidade educativa e reduzir o impacto dos problemas de saúde no desempenho escolar dos/as alunos/as) e a explicar que o mesmo assentava no trabalho conjunto entre os Serviços de Saúde (Unidade de Cuidados na Comunidade e Unidades de Cuidados de Saúde Primários) e os Projetos de Educação para a Saúde dos Agrupamentos de Escolas. Quanto à equipa da Unidade de Cuidados na Comunidade de Évora afeta ao Programa de Saúde Escolar, composta por cinco enfermeiras, um ortoptista, um nutricionista, um terapeuta da fala e uma psicóloga, desenvolvia a sua ação juntos dos





Agrupamentos de Escolas da rede pública, do Colégio Salesiano de Évora, da Escola Profissional da Região Alentejo (EPRAL) e de Creches e Jardins-de-Infância Privados ou com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social. Quanto aos eixos de ação do Programa, a Enf.^a Rosa Silvério fez uma breve descrição dos mesmos: -----

----Condições de saúde e desempenho escolar (Necessidades de Saúde Especiais, rastreios de visão, Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral, verificação do estado vacinal, terapia da fala, rastreios e verificação do estado vacinal do pessoal docente e não docente); -----

----Ambiente Escolar e Saúde (monitorização anual dos acidentes, cumprimento da legislação de evicção escolar, avaliação das condições de segurança, higiene e saúde; formação sobre noções de primeiros socorros para pessoal docente e não docente); -----

----Capacitação e estilo de vida, através da abordagem de Determinantes de Saúde, relacionados com os estilos de vida (saúde mental e competências socioemocionais, educação para os afetos e sexualidade, alimentação saudável e atividade física, higiene corporal e saúde oral, hábitos de sono e repouso, educação postural e prevenção de comportamentos aditivos). -----

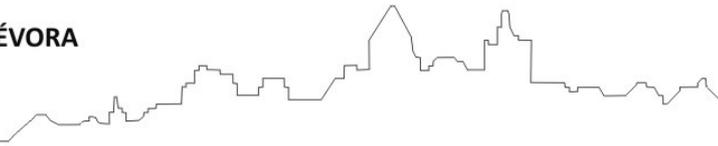
Para resposta e abordagem dos referidos determinantes de saúde, foram implementados diversos Projetos que, embora tivessem diferentes nomes, estavam interligados e tinham os seguintes públicos-alvo: -----

----Crianças e alunos / pais e encarregados de educação [Creches e Pré-escolar: *“De médico e de loucos todos temos um pouco”* - Sinais e sintomas comuns na infância, *“O pão, o leite, a fruta e o Monstro das Bolachas”* - A alimentação nos primeiros anos de vida - carência e excessos, *“Sou pai... e agora??!”* - Parentalidade Responsável, *“Época do Frozen - vamos à rua”* - Brincar, brincar... Importância do brincar e atividade na rua quando está frio, *“De pequenino é que se orienta o destino... Birras e outras crises”* - Saber dizer não, esperar pela sua vez, adequação de atitudes e comportamentos, *“Antes de... durante... e depois das primeiras vezes que o príncipe adocece”* - Auto medicação e uso de antibióticos, *“Precisamos de tempo para sonhar”* - A importância de uma higiene do sonho e *“Para o sorriso brilhar, escova e pasta devo usar”* - A importância da saúde oral; Primeiro Ciclo do Ensino Básico: *“A minha lancheira”*, *“Princípio da Vida”*, *“Mudar de escola”*; Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Básico: *“Programa de Educação para a Saúde em Movimento”*; Terceiro Ciclo do Ensino Básico: *“Bom Sono + Saúde”*; Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos do Ensino Básico: *“Sorrisos a crescer”*; *“AdolesSer”*; Ensino Secundário: de acordo com solicitação dos Diretores de Turma / PES / diagnóstico; Sexualidade e infeções sexualmente transmissíveis (EPRAL – primeiro ano de curso); temáticas variadas); -----

----Pessoal docente e não docente (formações para capacitação dos profissionais, educação para a saúde sobre temáticas de interesse. -----

Sobre a apresentação da Enf.^a Rosa Silvério, o Dr. Rui Rosado destacou a abrangência dos projetos desenvolvidos que faziam da Equipa do Centro de Saúde merecedora de ser colada à Cidade Educadora, destacando a promoção da literacia para a saúde por forma a gerir-se melhor os recursos disponíveis, o que traria uma grande poupança, e o desafio de convocar pais e encarregados de educação, adultos que,





normalmente, não apareciam. O Dr. Rui Rosado deixou ainda duas notas: uma relacionada com o tema “Violência no Namoro”, que considerava que pudesse estar incluído no Projeto “AdolesSer” e outra relacionada com a necessidade de se promover a higiene oral e a utilização dos cheques dentista.-----

Sobre o Ponto Seis, Cidade Educadora | Projeto Educativo Local: ponto de situação, a Dr.ª Sara Fernandes passou a palavra à Dr.ª Vera Lazana, técnica da Divisão de Educação e Intervenção Social da Autarquia responsável pelo processo. -----

A Dr.ª Vera Lazana começou por explicar que, à data, o Projeto Educativo Local tinha passado a ter um enquadramento não apenas ao nível da Divisão de Educação e Intervenção Social, mas à luz de um Departamento Sociocultural. O Grupo de Trabalho Interno, anteriormente designado Grupo de trabalho interno “Projeto Educativo Local”, tinha passado a designar-se “Évora Cidade Educadora - Projeto Educativo Local”, sendo constituído, desde novembro de dois mil e dezanove, por técnicos de vários serviços da Autarquia das áreas da educação, mobilidade, desporto, cultura, património, informática, Proteção Civil e comunicação, desenvolvendo o seu trabalho assentes em objetivos que se subdividiam em três níveis diferentes: -----

----Nível I - Na Rede: promover o trabalho da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE), através de ações locais que garantam o cumprimento e alargamento dos seus planos de atividades; Continuar a participar em todos os órgãos e iniciativas da AICE e da RTPCE e assegurar um envolvimento ativo nas redes temáticas. -----

----Nível II - Na Cidade: conhecer, acompanhar e apoiar propostas e ações que contribuam para uma Cidade Educadora, ou seja, uma Cidade que “aposta na educação (formal, não formal e informal) como ferramenta de transformação social, mobilizando e articulando o maior número possível de agentes educativos que operam no território”; promover a reflexão dos vários agentes que intervêm na Cidade sobre o seu papel nessa construção, procurar reunir consensos e mobilizar para uma ação conjunta e complementar; -----

----Nível III - Interno: elaborar uma estratégia interna de intervenção; promover a discussão entre os diversos serviços municipais sobre a integração dos princípios da Carta das Cidades Educadoras nas suas ações; acompanhar e apoiar ações, projetos e recursos com carácter educador. -----

Quanto ao Planeamento de Trabalhos, a Dr.ª Vera Lazana apresentou os seguintes aspetos: -----

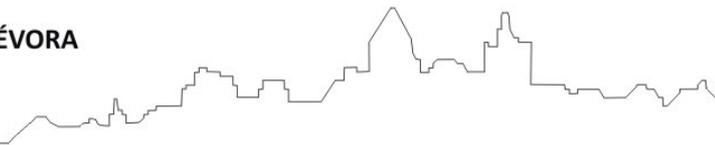
----I. Mapeamento de Évora, Cidade educadora: a partir de um contacto prévio com as várias instituições, facilitaria o conhecimento a todos de tudo o que se fosse fazendo em cada instituição, incluindo os recursos disponíveis e os projetos educativos em desenvolvimento;-----

----II. Estratégia de comunicação: definição de formas de divulgação do trabalho de cada instituição, tendo em conta os níveis de prioridade, a diversidade e a adequação desse trabalho;-----

----III. Ações de participação e mobilização: através dos conselheiros deste Órgão, representantes das várias instituições, mobilizar essas instituições a envolverem-se nas questões inerentes ao Projeto;-----

----IV. Plano de Ação do Projeto Educativo Local (PEL) 2019-2021: após sistematização da oferta educativa, a sua divulgação concretizou-se através da *Agenda do Projeto Educativo Local* e do site da Autarquia, podendo a informação disponível ser pesquisada por público-alvo e áreas de intervenção; como consequência





de uma reflexão sobre as propostas e os contributos apresentados no anterior Conselho Municipal de Educação pelos conselheiros e ainda da alteração da constituição do próprio Grupo de Trabalho, o Projeto Educativo Local foi reformulado quanto ao planeamento até dois mil e vinte e um e foi ainda alterado no sentido de envolver mais agentes, mantendo-se a articulação com os Agrupamentos de Escolas através de pessoas de contacto que colaboram na reflexão sobre o PEL e pretendendo-se auscultar outros intervenientes como os pais e encarregados de educação e os alunos; por último, quanto ao Documento Orientador do Projeto Educativo Local, a apresentar no início do próximo ano letivo, por forma a melhor evidenciar a ação que se irá desenvolver, incluirá os objetivos, o diagnóstico estratégico territorial e o Plano de Ação para dois mil e vinte / dois mil e vinte e um, tendo já sido discutido com as direções das Escolas a sua estrutura, a metodologia e os eixos; -----

---V. Organização de iniciativas: para assinalar o Dia da Cidade Educadora (trinta de novembro), o Grupo de Trabalho Interno, procurando o envolvimento de várias instituições locais, propôs alguns aspetos genéricos: -----

----- Calendarização: trinta de novembro a dois de dezembro; -----

----- Tema: *“Cidade Educadora: imagina que transformas”*, subdividindo-se em vários subtemas como *“Cidade Criativa”*, *“Cidade Solidária”*, *“Cidade Sustentável”* e *“Cidade Participativa”*, sendo a programação do dia um de novembro livre para que as instituições participantes pudessem apresentar os seus próprios projetos. -----

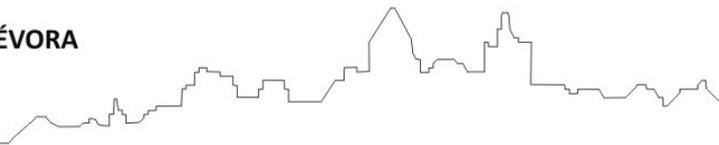
A Dr.^a Vera Lazana terminou a sua intervenção apelando a que os conselheiros fizessem chegar as suas propostas. -----

Sobre o Projeto Educativo Local, o Prof. Carlos Capelas, em substituição da representante dos estabelecimentos de educação e ensinos básico e secundário privados, manifestou a disponibilidade da Escola Salesianos de Évora para integrar o Grupo de Trabalho e dar os seus contributos para a promoção e desenvolvimento do Projeto. -----

Conforme proposta apresentada pela Dr.^a Sara Fernandes e aceite pelo Órgão, foi introduzido o Ponto Três, Reflexão sobre a futura dinamização do Conselho Municipal de Educação, cujo objetivo era poder-se discutir formas de tornar o Conselho Municipal de Educação mais participante, interessante e interventivo. -----

O Prof. Dr. Ricardo Mira deu início a este ponto da Ordem de Trabalho dando conta de que a Universidade de Évora tinha solicitado a divulgação de duas iniciativas e apoio para a coordenação de datas para que as atividades se pudessem realizar e tivessem participação, uma vez que existia uma grande oferta cultural e educativa no Concelho com datas coincidentes, o que impediria que a mesma pessoa pudesse participar em mais do que uma iniciativa. A Universidade de Évora pretendia promover o *“Dia Aberto na Universidade de Évora”* e o *“UÉvora Júnior Summer School”*, por um lado, sem que tal acontecesse em simultâneo com outras atividades e, por outro, que acontecessem com algumas sugestões de funcionamento e mesmo de atividades que pudessem emergir deste Conselho Municipal de Educação. Aproveitando a presença das direções dos Agrupamentos de Escolas ou seus representantes e dos representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação, o Prof. Dr. Ricardo Mira questionou se a iniciativa *“Dia Aberto da Universidade*

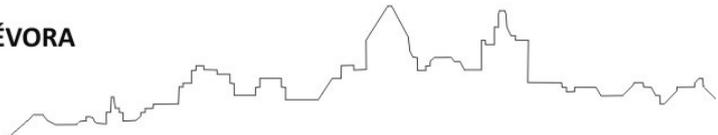




de Évora” se poderia realizar ou no dia dezasseis ou no dia dezassete do mês de abril, uma vez que os últimos dias de aulas do segundo período já seriam coincidentes com a “Futurália 2020”, e se a iniciativa “UÉvora Júnior Summer School”, com duração de cinco dias e previsão de programas diferentes direcionados para os alunos do terceiro ciclo do ensino básico e para o ensino secundário, poderia decorrer num dos seguintes períodos de dias: vinte e dois a vinte seis de junho, vinte e nove de junho a três de julho ou seis a dez de julho. Para aceder aos projetos de realização destes eventos, a Universidade de Évora disponibilizou dois links de sites que o Prof. Dr. Ricardo Mira se comprometeu a enviar por correio eletrónico às direções dos Agrupamentos de Escolas. Atendendo a que a Universidade de Évora considerava ter em conta sugestões de outras instituições, sobretudo deste Órgão, o Prof. Dr. Ricardo Mira apelou para que houvesse uma sugestão ou aceitação de datas, assim como a apresentação de sugestões de atividades e de áreas a ter em conta nas iniciativas apresentadas. -----

A título pessoal, e a partir da leitura de uma notícia de um jornal local sobre um terceiro encontro técnico sobre centros históricos e de uma pequena referência às atividades de enriquecimento pessoal que tinham levado alunos a participar na “Volta a Évora em 70 Dias” para conhecerem melhor o património eborense através de visitas pedagógicas, o Prof. Dr. Ricardo Mira propôs que o próprio Conselho Municipal de Educação, com a colaboração dos seus elementos, sugerisse uma atividade que complementasse as atividades educativas que estavam a ser apresentadas e de que todos tinham conhecimento, mas que lhes desse características de execução externa diferente. A partir da ideia “conhecer melhor o património eborense através de visitas pedagógicas”, sugeriu a realização de uma atividade intergeracional em que os avós pudessem passear com os amigos dos seus netos, sem que os netos fossem com eles, para lhes mostrar a Cidade. Esta iniciativa poderia ser uma atividade isolada ou complementada com atividades mais organizadas em que, sem grande escolarização, houvesse a colaboração de docentes de História para que contassem um pouco da história de cada elemento do nosso património, permitindo conhecer o nosso Concelho de uma maneira leve, mas não leviana, e aumentar a cultura e o amor pela Cidade, pelo Concelho, para que se pudesse fazer algo com e por aquilo que se conhece e ama. Para desenvolvimento desta atividade, o Prof. Dr. Ricardo Mira sugeriu ainda a constituição de pequenas comissões interdisciplinares e mais específicas para que se pudesse estudar a hipótese de se propor este movimento da Cidade Educadora, sendo que seria imprescindível que todos os envolvidos se sentissem empenhados de três maneiras: pensar, criar, inventar; propor e acompanhar, investindo e participando cada elemento do Conselho Municipal de Educação nisso, estando lá não apenas para observar. Com imaginação seria possível pensar nas coisas de maneira a que fossem intergeracionais e se interpenetrassem. E embora não fosse esse o principal interesse deste tipo de atividade, o Prof. Dr. Ricardo Mira referiu ainda que não faria sentido realizar uma atividade destas, que envolveria toda a cidade, que poria toda a cidade a mexer-se, sem que houvesse a devida publicidade para que se pudesse dar a conhecer as nossas boas práticas e colocá-las ao serviço de todos, para que todos as pudessem ver, conhecer, publicitar e que fossem, de facto, pela sua execução, um exemplo de boas práticas. -----





A partir das propostas apresentadas pelo Prof. Dr. Ricardo Mira, a Dr.^a Sara Fernandes sugeriu a criação de dois grupos de trabalho: um que fosse composto por elementos do Conselho Municipal de Educação com interesse em trabalhar no âmbito da temática “Évora, Cidade Educadora - Projeto Educativo Local”; e outro que trabalhasse a questão da coordenação das datas das iniciativas, partindo de um mapa com todas as iniciativas agendadas para o ano de dois mil e vinte já elaborado pela Dr.^a Helena Ferro, Chefe da Divisão de Educação e Intervenção Social da Câmara Municipal de Évora, e que permitia ter uma noção da mancha e do volume da oferta da Câmara para a comunidade educativa ao longo do ano, sendo que, eventualmente, também a oferta cultural teria de vir a ser considerada.-----

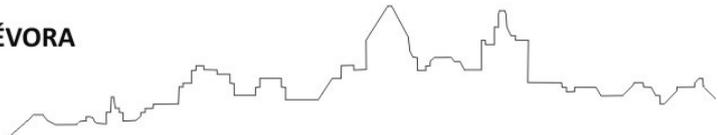
Da parte da Autarquia, a Dr.^a Sara Fernandes apresentou as seguintes propostas: descentralização das reuniões do Conselho Municipal de Educação do Salão Nobre dos Paços do Concelho para os Agrupamentos de Escolas, sendo que na reunião que fosse num determinado Agrupamento, esse Agrupamento faria a apresentação do seu Projeto Educativo, para que todos pudessem ficar a conhecer melhor cada um dos agrupamentos; criação de grupos de trabalho temáticos que incluíssem elementos de outras entidades fora das representadas no Conselho Municipal de Educação para que também dessem o seu contributo e participassem nestas reuniões, apresentando, por exemplo, as suas recomendações que levariam pelo menos o Conselho Municipal a refletir sobre as questões que estivessem em causa; e apresentação de temas por parte de conselheiros. -----

O Prof. Dr. Ricardo Mira perguntou ainda se o Conselho Municipal de Educação tinha apenas previstas reuniões ordinárias, ao que a Dr.^a Sara Fernandes respondeu que, de forma ordinária, deveria ser feita uma reunião por período letivo, podendo reunir extraordinariamente. -----

Por último, no Ponto Sete, Outros Assuntos, o Dr. Celso Nunes abordou a questão da Oferta Formativa para o Ensino Secundário, chamando a atenção para a classificação que era atribuída a alguns Cursos Profissionais quanto ao nível de relevância no Distrito de Évora, dando como exemplo o ano letivo transato em que o curso profissional de cangalheiro tinha sido classificado com o nível oito, o curso de informática com o nível quatro e o curso de teatro com o nível dois, classificações que determinavam que os cursos pudessem ou não ser abertos nas escolas do Alentejo. Estando-se, à data, próximos da fase de candidatura, o Dr. Celso Nunes apelou que o Conselho Municipal de Educação ou a Autarquia reforçassem junto das entidades competentes a necessidade de ser feita uma melhor avaliação. -----

Sobre esta questão, a Dr. Helena Ferro informou que a CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central) tinha, há pouco tempo, feito um levantamento das entidades que representavam os empresários da região para tentar perceber quais seriam as efetivas necessidades a nível local, com eventual projeção a nível nacional ou até europeu, encontrando-se, à data, em fase de sistematização dos dados recolhidos para que posteriormente fossem facultados e fosse feito um trabalho de articulação com a DGEstE e os Agrupamentos de Escolas do Distrito de Évora para, junto da ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional), se forçar a atribuição de cursos mais adequados às necessidades reais da Região. -----





A Dr.^a Sara Fernandes comprometeu-se a levar o assunto ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para que fizesse a ligação com a CIMAC para obtenção de mais algum esclarecimento, terminando com o convite a todos os conselheiros para que participassem no Desfile de Carnaval que iria decorrer no dia vinte e um de fevereiro.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por concluída a reunião, da qual se lavrou a presente ata. -----

Da presente ata fazem parte integrante a Lista de Presenças, a Recomendação do Conselho Municipal de Educação de Évora sobre a falta de funcionários na Escola Básica Integrada Manuel Ferreira Patrício e a Recomendação do Conselho Municipal de Educação de Évora sobre o projeto de execução da obra de requalificação da Escola Secundária André de Gouveia, em anexo. -----

Évora, dezoito de fevereiro de dois mil e vinte.-----

